

Pesos e medidas em estudos de gênero: os desafios para a mensuração de mudanças sociais

Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais.

ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez.

Belo Horizonte: ABEP, 2016.

Lançado em outubro de 2016, o livro *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais* é fruto de um seminário de homônimo, realizado em dezembro de 2015. Como resultado de uma troca de conhecimentos entre especialistas de diversas áreas, o livro é produto das atividades do Grupo de Trabalho População e Gênero, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em colaboração com o Grupo de Estudos de Gênero da Fundação Carlos Chagas.

Além de destacar os principais aspectos tratados pelos capítulos do livro, esta resenha pretende tecer comentários sobre as dificuldades e desafios para a mensuração das mudanças sociais, com foco nas relações de gênero, a propósito da provocação que o título do livro suscita: uma tarefa imprescindível, mas nem por isso fácil de ser realizada.

O objetivo do livro – e do seminário que lhe deu origem – é debater o estado do conhecimento sobre as transformações na condição das mulheres brasileiras em diferentes dimensões, considerando os descompassos possíveis entre avanços, permanências e retrocessos. Na maioria dos textos que compõe a coletânea, isso é feito com base em análises robustas de bases de dados que dão um panorama nacional das diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no campo da educação, entre outros aspectos. A obra é escrita por pesquisadores de destaque sobre a questão de gênero no Brasil e organizado por pesquisadoras que, acertadamente, escrevem os capítulos iniciais e finais da publicação, promovendo uma articulação importante entre os temas que perpassam os textos.

Apesar da diversidade temática, o ponto central das discussões é a relação entre o aumento da participação das mulheres na esfera pública – que no Brasil se encontra, em certa medida, truncada pelo avanço limitado da participação dos homens nas tarefas domésticas. A pertinência da obra está no fato de mostrar o quanto avançamos nas últimas



Esta obra tem licença *Creative Commons*.

décadas e o longo caminho que precisamos percorrer para construir uma sociedade igualitária e justa.

O livro está dividido em três partes, com capítulos expositivos e um comentário final em cada uma delas, refletindo a dinâmica adotada no seminário que resultou no livro. O prefácio é escrito por Albertina Costa, que nos coloca a pergunta que irá permear toda a obra: afinal, seria a revolução de gênero no Brasil uma “revolução emperrada?”. A autora destaca as mudanças (para melhor) experimentadas pelas mulheres brasileiras nas últimas décadas, que esbarram, entretanto, na persistência do elevado grau de violência de gênero, na desigualdade de remunerações e inserção no mercado de trabalho e na divisão iníqua do trabalho doméstico que sobrecarrega as mulheres e impede o avanço nas outras áreas.

A primeira parte, intitulada “As transformações na Vida Familiar e na Inserção Ocupacional Feminina; Avanços, Desigualdades e Desafios” traz nos capítulos iniciais análises do impacto da transição demográfica na inserção da mulher no mercado de trabalho nacional. Ambos lançam mão de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para sustentar seus argumentos. No primeiro capítulo, José Eustáquio Diniz Alves alerta para o fechamento da janela de oportunidades decorrente da queda do número de nascimentos no país, em uma crise do emprego que prejudicaria as mulheres em maior medida, o que resultaria em um “desempoderamento” feminino nos próximos anos. Simone Wajman, no segundo capítulo, contra-argumenta, afirmando que o bônus demográfico feminino persiste e que há tendência de continuidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho nos próximos anos, apesar do descompasso percebido entre os avanços obtidos nas esferas públicas e privadas, tornando incompleta a revolução de gênero no Brasil. O terceiro capítulo, de autoria de Maria Coleta Oliveira e Gláucia dos Santos Marcondes, destaca a questão dos entraves que o cuidado no início e no final da vida representam para a igualdade de gênero. Lançam mão de diversas fontes de informação, como PNADs e Censos, mas também resultados de pesquisas qualitativas realizadas na cidade de São Paulo para detectar as formas de organização familiar que estariam condicionando as mudanças no sistema de gênero. Discutem, então, as concepções de maternidade e paternidade e a (des)valorização de papéis sociais atribuídos a indivíduos de cada sexo. A combinação de diversas fontes enriquece a análise e ilustra as diferenças na divisão sexual do trabalho no interior das famílias. Fechando a primeira parte, Maria do Carmo Fonseca comenta os trabalhos dessa seção, apresentando a evolução dos debates que ocorrem em torno da questão desde a década de 1970, concluindo que a naturalização das desigualdades entre os sexos não foi alterada e ainda hoje perpassa os diferenciais observados no mercado de trabalho, conforme apontam as reflexões apresentadas na seção.

A segunda parte recebe o título de “Educação Feminina: entre a Reversão do Gap de Gênero e o Desafio da Dessegregação das Carreiras”. No primeiro capítulo, Amélia Artes e Arlene Martinez Ricoldi discutem o (não) lugar das mulheres nas carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro mostrando, com base nos dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, apesar de as mulheres serem maioria da população escolar, ainda se mostram mais presentes nos cursos de menor prestígio e, conseqüentemente, em áreas profissionais de menor status na hierarquia social. No segundo capítulo, Maria da Glória Bonelli aprofunda a análise da inserção da mulher no ensino superior, com foco nos cursos de direito, mostrando que esse é um campo altamente segmentado por gênero, produzindo hierarquias profissionais que deixam para as mulheres tarefas menos prestigiadas. Felícia Picanço, no terceiro capítulo, questiona se o acesso ao ensino superior representa um novo

hiato de gênero, com base numa perspectiva de ciclo de vida focada na juventude. Lançando mão dos dados das PNADs, mostra as desigualdades de gênero no ensino superior brasileiro, enriquecida com recortes de renda e de cor/raça. A autora aponta para um novo hiato de gênero e para diferenças na “resposta”, via remuneração, dada pelo mercado de trabalho aos diferenciais no processo de escolarização. O fechamento da seção é feito por Yumi Garcia dos Santos, em um texto que questiona até quando as mulheres serão tratadas como *outsiders*, indicando mecanismos pouco visíveis que contribuem para a persistência das desigualdades de gênero e para os limites da ascensão social das mulheres. A autora articula seu argumento a partir da oposição dos conceitos de “estabelecidos” e “outsiders” indicando um movimento de resistência masculina conservadora que mantém um status social desigual entre homens e mulheres.

A terceira parte, intitulada “Desafios da Promoção da Igualdade de Gênero”, inicia com o capítulo de Cristiane Soares, que constrói uma visão prospectiva sobre os desafios da “estrutura do cuidado” e suas implicações para as relações de gênero, apontando para a existência de uma “crise do cuidado”. A autora defende o papel das pesquisas de uso do tempo para mensurar a provisão de serviços de cuidado no âmbito domiciliar como forma de dimensionar a desigualdade de gênero no futuro. Em seguida, Mariana Mazzini Marcondes e Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz avaliam a política de creches no Brasil. A partir de uma análise calcada nas interrelações entre as esferas públicas e privadas, voltada para a provisão de cuidado com as crianças, as autoras mostram que o Estado brasileiro favorece o aumento das creches em horário parcial, cuja contribuição para a igualdade de gênero é limitada, sendo que apenas creches em tempo integral viabilizariam a igualdade na divisão sexual do trabalho. Os comentários que encerram essa parte do livro são feitos por Gláucia dos Santos Marcondes, que enfatiza a necessidade de consolidação de direitos sociais para se avançar na direção de uma sociedade mais equitativa. A autora alerta para a invisibilidade social da desigualdade de gênero expressa, por exemplo, na persistência da não socialização dos homens para o desempenho das tarefas de cuidado. A autora complementa suas análises com base em textos de Suzana Cavenaghi¹, para quem a melhor definição, captação e difusão de informações são aspectos fundamentais para se fazer um acompanhamento dos avanços e entraves nas iniciativas que visam equalizar a desigualdade de gênero no país.

A coletânea encerra-se com o texto de Nathalie Itaborá que discute as interfaces entre as esferas públicas e privadas e suas implicações para a revolução de gênero, tema que perpassa toda a publicação. A autora provoca a reflexão sobre a politização da esfera privado, na medida em que persiste o enorme desafio em termos de equilíbrio de gênero nos processos de socialização primária, que ocorre principalmente no interior das famílias. Destaca também a necessidade de se “desfamiliarizar” o cuidado, provocando uma redefinição de atribuições sociais e uma “mudança no imaginário social” dos papéis de homens, de mulheres, das famílias e do Estado.

A leitura do livro mostra claramente as áreas em que foram possíveis realizar avanços que, no entanto, estão emperrados por processos que parecem feridas incuráveis de nossa sociedade, como os abismos na valorização do trabalho produtivo e na desvalorização do reprodutivo, relegando as tarefas de menor prestígio à esfera privada, onde a presença feminina ainda se sobressai e de onde não se liberta para participar de forma equânime no ambiente público, nomeadamente no mercado de trabalho.

¹ Embora Suzana Cavenaghi tenha participado da mesa-redonda durante o Seminário que deu origem à seção do livro, não houve publicação de texto referente à exposição. Entretanto, as constatações a que se refere a autora do capítulo também se ancoram em textos de Cavenaghi citados no capítulo.

E é justamente esse fator que traz o maior desafio à publicação, no sentido de que a pergunta-título remete à difícil tarefa de mensuração dos fatos sociais. Se é “no contexto familiar que se situam os principais entraves à participação feminina”, conforme afirma Albertina de Oliveira Costa no prefácio (2016, p. 11), como podemos mensurar a forma como se dão os aprendizados afetivos experimentados nos processos de socialização primária? Ou seja, como saber até quando os filhos que veem a mãe apanhar do pai cotidianamente ou cujas “tarefas domésticas” só são executadas por mães, irmãs, avós deixarão de perceber aquilo como “coisas de mulher”? São áreas em que as estatísticas não alcançam.

Pensando, por exemplo, na fonte de informação utilizada em grande parte dos textos, os dados da PNAD, sabemos que, embora seja uma base de dados preciosa para a mensuração dos diferenciais de gênero, seu foco são as atividades desempenhadas em ambiente público, como participação nos campos da educação e do trabalho. Apesar de ser possível mensurar aspectos realizados em esfera domiciliar, a pesquisa sofre efeito dos diferenciais de gênero que interferem justamente na captação daquilo que se quer medir. As pessoas que permanecem mais tempo em casa possuem sobrerepresentatividade nas pesquisas domiciliares, o que ocorre inclusive no Censo Demográfico. Como exemplo, podemos citar o fato de que o excesso de mulheres captado na última operação censitária foi corrigido devido a uma possível subenumeração diferencial por sexo, “na qual a população masculina tende a ser mais subenumerada que a feminina” (IBGE, 2013, p. 12). Certamente o fenômeno se repete na PNAD e, embora permaneça como a fonte de dados primordial para análises em nível nacional, precisa ser analisada tendo em mente seu alcance e limitação.

Esse fenômeno se amplifica ainda mais em uma das saídas metodológicas utilizadas pelos estudiosos de gênero, a saber: as pesquisas de uso do tempo. Pesquisas com esse tipo de metodologia, que nos possibilitam ir mais fundo nos processos de divisão de tarefas e socialização que ocorrem em esfera domiciliar, sofrem fortíssimo impacto da disponibilidade (tempo) para preenchimento dos instrumentos de informação (geralmente cadernetas de uso do tempo) e apresentam elevado viés de seleção.

Outro ponto que merece destaque é o preço que se paga por apresentar dados em âmbito nacional, ou seja, média e indicadores sintéticos para o Brasil como um todo. Em sociedades em que a desigualdade social é extremamente elevada como a nossa, dados médios escondem nuances que, no caso das questões de gênero, não podem passar despercebidas. A intensidade do nível de segmentação das classes sociais no Brasil que, antes de ser somente econômica é também de visão de mundo, de comportamento e das formas de “se relacionar”, provoca uma exacerbação da corporificação (feminina) em determinadas classes sociais, desencadeando uma instrumentalização das relações familiares nas classes mais baixas com fortes recortes de gênero, que repercute em altos níveis de violência contra as mulheres, inclusive dentro da própria casa. São aspectos importantes e cujas estatísticas e pesquisas dificilmente conseguem – mas precisam! – alcançar.

Colocam-se desafios então, para os próximos anos, na tentativa de elaborar pesos e medidas para avaliar os avanços e retrocessos da revolução de gênero no Brasil. O primeiro compromisso já está assumido pela própria publicação do livro, que marca o estado atual dos descompassos de gênero no Brasil, forçando-nos à atualização e ao acompanhamento dos indicadores apresentados na obra, cuja publicação de um segundo volume certamente nos deixará ansiosos/as nos próximos anos. O segundo desafio encontra-se na tentativa de aprimorarmos os indicadores que sirvam de sustentação para os pontos centrais dos argumentos defendidos na publicação, principalmente aqueles referentes à igualdade

de atribuições de papéis e negociações que ocorrem nos recônditos interiores dos lares brasileiros.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Projeção da População: Brasil e Unidades da Federação. Série Relatórios Metodológicos. Volume 40*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez. *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

[Recebida em 18/04/2017
e aprovada em 30/09/2017]

Marden Barbosa de Campos ■
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Marden Barbosa de Campos (mardencampos@gmail.com) é formado em Ciências Econômicas pela UFMG, com Doutorado em Demografia na mesma Universidade. Tem desenvolvido estudos e pesquisas em diferentes temas relacionados à questão populacional, com destaque para as fontes de informação para mensuração dos fenômenos sociais. Trabalhou no IBGE por mais de 15 anos, tendo participado de todas as etapas de elaboração de pesquisas domiciliares. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia da UFMG e coordenador adjunto do Grupo de Trabalho Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos de População.